

# Ata de Reunião - 31 de outubro de 2001

por Cep — publicado 01/11/2001 00h00, última modificação 12/12/2014 15h04

**ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2001. Local: sala 211, Anexo II, Palácio do Planalto.**

## Presentes:

João Geraldo Piquet Carneiro (Presidente)  
Adhemar Paladini Ghisi  
João Camilo Penna  
Miguel Reale Júnior

## Ausentes:

Lourdes Sola  
Celina Vargas do Amaral Peixoto

1. Piquet Carneiro iniciou a reunião submetendo à ratificação do colegiado a agenda de trabalhos, com as seguintes alterações: exclusão do item 3.1, referente a regulamentação da participação de autoridades em evento eleitoral, que fica para a próxima reunião, em razão da ausência de Celina Vargas; alteração da ordem dos temas, de forma que fosse tratado em primeiro lugar; o item 2.2, referente ao seminário “Ética como Instrumento de Gestão”, tendo a participação, como convidadas da CEP, de duas representantes dos grupos de trabalho de representantes setoriais, Raildy Martins e Maria Lúcia Silva, e do assessor da SE/CEP José Carlos Azevedo, que atuou como coordenador da realização do evento.

2. a pedido do presidente da CEP, Mauro Bogéa prestou um informe introdutório sobre o evento:

- reuniram mais de duzentas pessoas, entre convidados nacionais e estrangeiros;
- contribuiu para o processo de criação de identidade entre aqueles profissionais das entidades e órgãos do Executivo Federal que têm responsabilidades em gestão da ética, em linha com o Decreto de 18 de maio de 2001;
- possibilitou a troca de experiências práticas e a proposição de recomendações específicas em matéria de gestão da ética;
- contou com a presença de três ministros Pedro Parente, Martus Tavares e Anadyr Rodrigues que, em nome do governo, assumiram o compromisso de trabalhar para que as conclusões resultantes tivessem conseqüências efetivas;
- em nome da CEP, Piquet Carneiro assumiu o compromisso de execução de um plano de trabalho, em 8 meses, para fazer frente às recomendações recebidas e de um segundo encontro de representantes setoriais para avaliar o progresso na execução das ações recomendadas, marcado para 20 e 21 de março de 2001, em Brasília.
- mereceu processo de avaliação tanto por parte da coordenação do evento quanto por parte dos próprios participantes, estando essa avaliação e todo o resultado do encontro disponível no sítio [/etica](#);
- os trabalhos estão tendo continuidade pela ação de grupos de trabalho formados a partir de então, integrados por representantes setoriais da CEP e ou por representantes de entidades do Executivo Federal que têm responsabilidades específicas na matéria. Esses grupos propuseram os objetivos estratégicos que devem nortear as ações de promoção da ética, bem como estão em processo de refinamento as recomendações apresentadas e a elaboração dos planos de trabalho

3. Piquet Carneiro solicitou a presença dos convidados, que assim se manifestaram sobre o assunto:

Raildy Martins, representante do grupo de estratégias:

- acentuou que o evento foi considerado com sinal inequívoco, no sentido de fazer valer o Decreto de 18 de maio de 2001 e despertou nas pessoas presentes o sentimento de que cada um tem um papel a cumprir para a promoção da ética;

- após o seminário a discussão sobre como promover a ética mudou de grau, tanto em conhecimento das práticas sobre a matéria mas, sobretudo, por ter buscado maior legitimidade para a estratégia de ação, pelo envolvimento de todos;
- disse considerar que as decisões da CEP são respeitadas pelas características dos seus membros, respeitados pela sociedade e pelos servidores;
- nas entidades e órgãos do Executivo Federal a forma como se faz gestão da ética ainda precisa evoluir, não obstante haja algumas experiências bem sucedidas;
- a CEP deve assumir de forma mais enfática o papel de coordenação e supervisão das ações de promoção da ética, bem como da prestação de orientações de ordem prática, como as ações que serão empreendidas e como; exemplificou com a dificuldade na formação das comissões de ética, que deveria ser superada com orientações diretas da CEP, sobre como devem ser constituídas;
- prestou algumas informações sobre os trabalhos do grupo de estratégias, do qual faz parte, em especial apresentou a proposta de objetivos estratégicos, ratificadas pela CEP;
- informou que até novembro os grupos que estão trabalhando deverão apresentar à CEP proposições concretas sobre o marco institucional de gestão da ética.

Maria Lúcia Silva, representante do grupo de normas e estrutura:

- informou sobre os trabalhos do grupo de normas e estrutura de administração e que está elaborando uma matriz de responsabilidades em gestão da ética, para deixar mais transparente quem deve atuar ou ser acionado em que matérias; além disso o grupo está ordenando a legislação sobre conduta;
- a partir dos primeiros trabalhos do grupo, será possível identificar lacunas, superposições e propor medidas para o aperfeiçoamento do marco institucional;
- disse das dificuldades que os agentes públicos com responsabilidade em gestão da ética sentem dentro da própria administração pública, sobretudo pelo pela multiplicidade de normas, e da expectativa de todos de que a CEP dê orientações de ordem prática sobre como lidar com tudo isso, exemplificou, citando a dificuldade na implementação do Decreto 1171 que aprovou o Código de Conduta do Servidor Público, inclusive para a formação das comissões de ética;
- enfatizou a necessidade de uma orientação central sobre, como as ações devem ser executadas..

4. Miguel Reale Jr. enfatizou a importância da composição das comissões de ética. Sugeriu que se considerasse a hipótese de pessoas de fora das respectivas organizações para integrá-las. Recomendou que a CEP se reunisse com os secretários executivos dos ministérios, buscando maior envolvimento.

5. Camilo Pena acentuou a importância de estruturas imunes e que assegurem sustentabilidade. Concordou que, o exame do Dec. 1171 é questão urgente e inadiável. Que o II Encontro de Setoriais seja a oportunidade para lançamento do novo decreto revisado. Falou sobre importância de um sistema que permita follow up (acompanhamento e cobrança) das ações definidas, para implantação dos códigos nas organizações que integram o Executivo Federal.

6. Piquet Carneiro propôs que, a CEP atue na supervisão, controle e execução das tarefas recomendadas pelos grupos. Nesse sentido, para dar maiores condições de trabalho a sua Secretaria Executiva, informou já ter buscado e conseguido o apoio do ministro Pedro Parente.

7. Piquet Carneiro agradeceu a presença dos convidados, que se retiraram. Foi dado seguimento ao cumprimento da agenda dos trabalhos pela aprovação da ata da reunião anterior e prestação dos informes pelo secretário executivo, a pedido do presidente:

- Balanço da implementação do CCAAF: a) 17 autoridades estão em mora com o cumprimento da obrigação de apresentar a DCI, o que gerou a expedição de notificações; b) tem sido extremamente baixo o número de informes sobre propostas de emprego e alterações patrimoniais; para lidar com esse problema, foi recomendada nova rodada de divulgação sobre as principais obrigações decorrentes do CCAAF.
- Missão do FMI esteve na SE/CEP, levantando informações sobre o marco institucional de gestão da ética na Administração Pública brasileira.
- Seminário da OCDE, que se realizará em dezembro, com apoio do Ministério do Planejamento e da CEP; terão todos os representantes setoriais convidados pelo MP.
- Missão do BID junto à CEP, resultou na identificação de possibilidades cooperação técnica e financeira. Como consequência, a CEP, por meio da Casa Civil, estará apresentando Carta-

Consulta à COFIEX, para financiamento de suas ações e fortalecimento da CGU.

· Piquet Carneiro informou que proximamente os membros da CEP terão audiência com o Presidente da República.

#### 8. Pendências:

· Foi aprovada orientação sobre a proibição de investimentos que resultou da alteração do inciso II do art. 5º do CCAAF, no caso específicos daqueles que, na data da aprovação da regra ou quando da nomeação para cargo público já tinham investimentos vedados. Para esses, a orientação é no sentido de condicionar qualquer alteração nas suas respectivas posições à autorização prévia da CEP. Foi elaborada e aprovada Pamp;R, que deverá ter ampla divulgação.

· Quanto aos certificados de irregularidade emitidos pela SFC, o Colegiado da CEP determinou que a Secretaria Executiva oficiasse ao TCU para obter informações sobre servidores que foram condenados e impedidos de assumir cargos públicos por cinco anos.

#### 9. Outros assuntos:

· No que se refere as denúncias de irregularidade na atuação de lobista no Ministério da Saúde e outros órgãos do Executivo Federal, envolvendo atuação de secretário do MS e outros funcionários de menor escalão, foi deliberado que o secretário executivo deve oficial ao DPF solicitando cópia dos depoimentos em inquérito já aberto, para que a CEP tenha subsídios para deliberar sobre a conduta de autoridades envolvidas. Miguel Reale Júnior sugeriu, com o apoio dos demais, que a Secretaria Executiva buscasse informações sobre o andamento do projeto legislativo que regula atividade de lobbying. · Quanto a notícias veiculada pela imprensa sobre eventuais declarações do novo futuro ministro da Integração Nacional, de que usaria o tempo curto no cargo para liberar emendas de parlamentares do seu Estado, o Colegiado deliberou pela expedição de carta solicitando esclarecimentos.

· Não houve tempo para examinar a resolução sobre conflito de interesses, ficando o assunto agendado para a reunião seguinte.

· secretário executivo distribuiu o relatório final da Comissão Especial de Investigação – CEI, criada no governo Itamar Franco. Camilo Pena, Miguel Reale Júnior, Adhemar Ghisi e Piquet Carneiro acordaram quanto a conveniência de um contato com os ex-membros da CEI.

10. Piquet Carneiro encerrou a reunião, ficando a próxima marcada para 6.12.2001, em São Paulo, de 10 às 14 horas.

MB